Um mundo sem universidades

Rogério Parentoni Martins*

Resenha de: CASPER, G.; VON HUMBOLDT, W. Um mundo sem universidade? Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2003.

Nos tempos atuais, poucos poderiam imaginar um mundo sem essas instituições milenares. Os papéis que as universidades desempenharam no desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade, apesar de, no decorrer da história, terem representado interesses diversos, mas sempre de uma elite, seja escolástica ou leiga, foram e são fundamentais. Por isso o estranhamento que causa o título desse pequeno e importante livro.

Sempre foi e será necessário discutir quais são as funções que a universidade deve desempenhar como uma instituição responsável, principalmente, pela geração de novos conhecimentos, mais do que pela criação de novas técnicas. As fronteiras do conhecimento se expandem por meio das pesquisas realizadas na universidade e também por meio de técnicas cujo desenvolvimento é estimulado a partir da geração de novos conhecimentos. São tantos os exemplos que podemos apenas lembrar a utilização do raio laser na medicina como um dos mais evidentes.

A universidade é o lugar onde a compreensão científica tem a oportunidade para se expandir, muito embora haja uma série de empecilhos que dificultam essa desejável expansão. Identificar e superar esses entraves é a meta que Gerhard Casper e Wilhelm von

Humboldt propõem aqui por meio de reflexões pertinentes, legitimadas pela experiência e pelo desejo de ver a universidade como uma instituição pensante. Vale lembrar que Von Humboldt foi um intelectual alemão de profundo conhecimento não apenas de vários idiomas, como também de filosofia. Suas principais reflexões expressas em princípios foram formuladas em 1810, mas publicadas, pela primeira vez, somente em 1899, serviram como base para a reforma do ensino alemão e para a fundação da Universidade de Berlim. No entanto, embora tenha se concentrado em refletir sobre a importância da universidade para o desenvolvimento de uma nação, também enfatizava como o ensino fundamental deveria estar intimamente ligado ao conhecimento produzido pelas universidades. O que hoje comumente se pensa sobre a existência de uma solução de continuidade entre o ensino fundamental e superior, como se um profundo fosso separasse os dois níveis educacionais, para von Humboldt esses níveis eram indissociáveis e o reconhecimento dessa íntima associação era importantíssimo para o sucesso de uma formação do profissional e de um indivíduo consciente do seu papel social. De forma complementar e não por acaso, Gerhard Casper, também nascido alemão, compartilha de opiniões semelhantes sobre o que é necessário para que a universidade sempre seja indispensável. Mais do que isso, formado na Alemanha, Casper teve uma profunda influência de von Humboldt, influência tal muito eviden-

* Professor aposentado da UFMG.

te neste livro. Aliás, como bem o disse João Cesar de Castro Rocha que, juntamente com Johannes Krestchemer, é feliz organizador da série Coleção Universidade publicada pela Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Wilhelm von Humboldt está presente em todo texto de Casper como seu principal interlocutor.

A fim apenas de incitar o leitor a dedicar um pouco de seu tempo à leitura atenta das 102 páginas desse pequeno livro, impresso quase em formato “bolso”, comentarei brevemente quatro das oito características ou princípios, e também os entraves à sua plena aplicação, considerados pelos autores fundamentais para que a universidade permaneça pulsante em seu papel de gerar novos conhecimentos. Foi inevitável, nesse processo em que me vi envolvido, que expressasse algumas poucas opiniões e experiências pessoais, mas que, de modo algum, resultaram de reflexões profundas tais como as que este livro carrega. O primeiro princípio é o da unidade entre pesquisa e ensino. Muito se fala da necessidade que esses sejam integrados como um componente essencial da formação científica do profissional. Todavia, apesar do discurso, na prática tal princípio não é seriamente cumprido. A sala de aula, que deveria ser o palco para a criação conjunta de novas ideias e de um pensamento crítico, torna-se apenas um auditório no qual são reproduzidos os conhecimentos adquiridos, muitas vezes, de forma acrítica e, o pior, como se fossem verdades incontestáveis. Não há nada mais pernicioso para a formação científica do que fugir da dúvida. Essa postura forma profissionais tíbios e arrogantes. Por outro lado, há entraves externos que possibilitam esse fato. Um deles é a massificação do ensino superior como política equivocada de governos, pois aumentam o número de vagas

e de cursos noturnos, sem proporcionar a infraestrutura física e pessoal adequada. Outro entrave, que também reflete políticas educacionais públicas, é sobre a natureza do trabalho do professor universitário. Este é contratado muito mais pela sua capacidade de fazer pesquisas (representada pela sua produção científica de artigos em periódicos especializados) do que pela sua capacidade didática. Muitos professores universitários entram em sala de aula completamente alheios a técnicas de ensino, que negligenciaram ou às quais tiveram acesso limitado durante sua formação. Limitam-se a ensinar como fazer pesquisa, o alvo principal de sua atuação. Enfim, há ainda vários pontos que poderiam ser discutidos sobre esse primeiro princípio, mas que serão deixados à reflexão dos eventuais leitores.

A autonomia da ciência é outro ponto fundamental. Esse princípio propõe que a geração de novos conhecimentos deve ser feita sem a intervenção do Estado e, portanto, sob um clima de inteira liberdade de reflexão. É chover no molhado repetir exemplos de várias instâncias geradas por políticas educacionais públicas que interferem na autonomia e liberdade de se fazer ciência. Nos anos negros da ditadura, essa influência era expressa sem rodeios sob a peia da farda. Não foram poucos os intelectuais brasileiros professores e pesquisadores universitários que viram sua liberdade de refletir sendo esmagada pelo tacão das botas. Muitos desses professores foram prejudicados por pares medíocres, simplesmente por inveja de seu brilhantismo intelectual. Finalmente, há a própria ingerência de colegas que ocupam cargos de direção e administrativos sobre que tipo de pesquisa deve ser feita, muitas vezes motivados mais por interesses próprios do que pelo desejo de ver o conhecimento avançar.

A autonomia em relação à dispersão diz respeito ao fato de que os professores, os alunos e a própria universidade como instituição muitas vezes procuram motivos para justificar e legitimar seu afastamento dos objetivos puramente científicos. Há situações claras que ilustram essa prática comum. Uma delas é a realização de consultorias por pesquisadores de universidades públicas, como um meio apenas de agregar benefícios a salários. Não é incomum pesquisadores proporem a alunos de pós-graduação temas de dissertações e teses de trabalhos que exigem pouca reflexão e apenas reproduzem conhecimentos já existentes. Essa motivação parte do pressuposto de que os salários pagos em universidades públicas são baixos. Muitos pesquisadores comparam seus salários com os de profissionais da iniciativa privada que têm atribuições e responsabilidades muito distintas das que tem o pesquisador-professor universitário. Salários de professores universitários são mais baixos que de profissionais da iniciativa privada, que têm formação compatível, em qualquer lugar no mundo. Quem se propõe a seguir a carreira universitária sabe disso muito bem, mas a autonomia que adquirem é que, embora seja importante, lhes dá a liberdade para se desviarem dos objetivos básicos de seu desempenho: proporcionar o avanço do conhecimento por meio da geração de ideias originais e inovadoras.

A realização da interdisciplinaridade nas universidades sempre foi considerada por von Humboldt como um ponto crucial para a geração de conhecimentos originais. Não podemos ignorar na história da formação de disciplinas científicas quanto avanço foi proporcionado pela associação de conhecimentos e geração de teorias interdisciplinares. Bioquímica e Física matemática são dois exemplos bem conhecidos

pela expressão de seus êxitos. No entanto, nestes casos, o casamento interdisciplinar foi facilitado devido a uma “interface amigável” claramente pré-existente entre as disciplinas assim fundidas. Desafio maior é o da interdisciplinaridade entre disciplinas nas quais essa interface não se mostra evidente, por exemplo, entre Biologia e Política. Lembro que estamos tratando da geração de novos conhecimentos e não da geração de discursos. Aliás, quando se trata de interdisciplinaridade, tais discursos são muito fluentes. Minha experiência de quatro anos como coordenador do Grupo de Estudos Interdisciplinares da UFMG (GREI) mostrou-me a imensa dificuldade de realizar um trabalho efetivamente interdisciplinar. Em parte porque essa tarefa não pode ser acessória e sim o foco principal. Como os diversos profissionais que, semanalmente, compareciam para as discussões, tinham seus afazeres prioritários determinados pela especificidade de suas próprias disciplinas, muito se discutiu, mas muito pouco se realizou de interdisciplinaridade. Em um livro resultante desses debates semanais, deixamos claro que, embora fosse grande o desejo, não logramos êxito em gerar novas ideias por meio da prática interdisciplinar. Mas que a interdisciplinaridade seja um caminho profícuo para a universidade como geradora de conhecimentos originais, não tenho dúvidas.

Finalmente, apenas cito os quatro últimos princípios, deixando à própria sorte o leitor que desejar, com as suas expectativas e experiências, dar-lhes a devida atenção e seguimento: a universidade e a formação profissional, a massificação da universidade, a autonomia administrativa e a universidade como lugar.